

## Vidas recicladas: vulnerabilidade e risco social a partir de narrativas de catadores e catadoras de resíduos sólidos de Caxias do Sul<sup>#</sup>

*Recycled lives: vulnerability and social risk since the narratives of waste pickers from Caxias do Sul*

Ana Maria Paim Camardelo\*

Caroline Ferri\*\*

**Resumo:** O objetivo desse artigo é expor dados da pesquisa Catadores de resíduos: de “papeleiros” a protetores ambientais, realizada por meio de entrevistas com lideranças e do construto teórico que alicerçou as interpretações feitas.

# O presente artigo é uma publicação póstuma em homenagem à docente Caroline Ferri, acerca de pesquisa realizada no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais, da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

\* Graduação em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (1993). Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997). Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Atualmente é professora adjunta III, na Universidade de Caxias do Sul, atuando como docente no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais e a Incubadora Social e Tecnológica da Universidade de Caxias do Sul. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando, principalmente, nos seguintes temas: políticas públicas e sociais, políticas públicas ambientais, resíduos sólidos urbanos, vulnerabilidade e risco social.

\*\* Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2003) e em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Mestrado (2006) e Doutorado (2012) em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professora no Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul de 2013 a 2016. Professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016-2019), no Departamento de Teoria de Fundamentos do Direito. Atuou nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado em Direito, com experiência na área de Direito e Filosofia, com ênfase em Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Teoria Política, tendo atuado, principalmente, nos seguintes temas: poder político, modelos e críticas da democracia, déficit democrático, participação política, teorias feministas do Direito.

Parte-se do pressuposto de que tal estudo pode evidenciar particularidades e, ao mesmo tempo, fortalecer a luta que acompanha a trajetória desses papeleiros; contribuir com o aumento da visibilidade e do reconhecimento social das atividades laborais por eles desenvolvidas. Para dar conta disto, trabalhou-se com dois tópicos: o primeiro diz respeito à vulnerabilidade e ao risco social, base conceitual e analítico-explicativa da realidade desses trabalhadores; o segundo apresenta fragmentos de entrevistas delineando-se partes de falas, nas quais aparecem aspectos sobre identidade social, mais especificamente a percepção em relação à ocupação profissional e à continuidade dessa função pelos filhos.

**Palavras-chave:** Catadores de resíduos. Políticas Públicas. Vulnerabilidade e risco social. Narrativas. Identidade social.

**Abstract:** The objective of this article is to expose data from the research Waste pickers: from “papermakers” to environmental protectors, carried out through interviews with the leaders of waste pickers collectives from Caxias do Sul city and the theoretical construct that underlies the interpretations made. It assumes that such research can highlight particularities at the same time that strengthen the efforts and struggles that are present in their trajectory, contributing to increase the visibility and social recognition of the heir labor. In order to make it, were developed two topics: the first one concerns to the vulnerability and social risk, which were the conceptual and analytical basis that explained the reality of these workers; the second one, presents fragments of interviews outlining parts of speeches in which aspects about their social identity can be identify, more specifically about the perception of their professional occupation and the continuity of the function by their children.

**Keywords:** Waste pickers; Public policy. Vulnerability and social risk. Narratives. Social identity.

## 1 Introdução

[Há] um novo dado contemporâneo: a presença aparentemente cada vez mais insistente, *de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado*. Silhuetas incertas, à margem do trabalho, e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários de renda mínima de inserção, vítimas de readaptações industriais, jovens à procura de emprego e passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória... – *quem são eles, de onde vêm, como chegaram ao ponto em que estão, e o que vão se tornar?* (CASTEL, 2013, p. 23, grifo nosso).

A epígrafe desta introdução remete a duas questões centrais, apesar de vinculadas ao mesmo trabalhador – no caso, o catador e selecionador de material reciclável<sup>1</sup> –, a serem tratadas na presente produção. A primeira refere-se aos “indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado”, o que resulta em vulnerabilidade e risco social. Apesar de haver dados significativos acerca dessa mão de obra em Caxias do Sul, ainda são inexpressivos os aspectos históricos sobre “quem são eles, de onde vêm, como chegaram ao ponto em que estão e o que vão se tornar”, elementos indispensáveis nas leituras de realidade que intencionem contribuir, por meio de investigação científica, com a melhoria das condições de vida desse segmento social.

Isso justificou a pesquisa, “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a protetores ambientais” (2017-2020)<sup>2</sup> – cujo produto são as narrativas apresentadas na Parte 3 deste artigo. Essa tem como propósito colaborar com tal caracterização, descrevendo a história desses trabalhadores na construção e consolidação da profissão, dando visibilidade aos (des) compassos na edificação de sua identidade social.

Parte-se do pressuposto de que tal estudo pode evidenciar particularidades e, ao mesmo tempo, fortalecer a luta que acompanha sua trajetória, contribuindo com o aumento da visibilidade e, quiçá, do reconhecimento social sobre a importância das atividades laborais por eles desenvolvidas.

Para que essa história possa ser rigorosamente transcrita, é imprescindível que seja contada pelos atores que a edificaram: os próprios trabalhadores e os registros (mentais, fotográficos ou escritos) dos quais dispunham. Isso requer: identificar precursores do movimento de estruturação dessa ocupação na cidade de Caxias do Sul; resgatar a história de vida

---

<sup>1</sup> Essa profissão foi reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (BRASIL, 2002) como Catadores de Materiais Recicláveis, sob o Código 5.192 e, em 2018, foi atualizada para Trabalhadores da Coleta e Seleção de Material Reciclável. Sua descrição sumária é: “Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança” (CBO, 2018, não paginado).

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida junto no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais (NEPPS) da Universidade de Caxias do Sul (UCS), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – edital Universal 01/2016, tendo como pesquisadores vinculados: Ana Maria Paim Camardelo, Nilva Rech Stedile, Caroline Ferri, João Ignacio Pires Lucas.

desses sujeitos, destacando percalços, lutas, manifestações sociais que marcaram o processo de profissionalização; dar visibilidade sobre o tipo e a importância do trabalho em questão para a sociedade, assim como preservar o Meio Ambiente e fortalecer a consolidação do desenvolvimento sustentável; sistematizar informações sobre os diferentes momentos da edificação dessa atividade laboral, relacionando-os com o processo de regulamentação da profissão e os avanços na legislação referentes aos resíduos.

Ressalta-se que o conhecimento científico advindo de pesquisas é particular, mas cumulativo. A classificação, descrição e explicação dos fenômenos – condutos para interpretações baseadas na realidade –, sobretudo os sociais, demandam processos constantes de indagações, acúmulo de informações, que são construídos por diferentes profissionais e áreas de conhecimento: “O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado – o ‘possível’ para ele” (GOLDENBERG, 2004, p. 13).

Por isso, estudos em geral, e os empíricos em particular, ao buscarem aprofundamentos e esclarecimentos, o fazem com

[...] o máximo possível dos dados coletados e da teoria estudada. Esta capacidade de articular teoria e dados empíricos é uma das maiores riquezas do cientista. *Ele tem um olhar preparado para analisar cada dado coletado em relação a um corpo de conhecimento acumulado por outros estudiosos.* Ele pode aproveitar pequenos detalhes que passariam despercebidos por uma pessoa sem este preparo. Quanto mais bem-formado e informado for o pesquisador, maior a riqueza de suas análises (GOLDENBERG, 2004, p. 93-94, grifo nosso).

Diante dessa perspectiva, várias das indagações, dados (incluindo alguns revisados) e acúmulo teórico condutores da pesquisa, que ora se apresenta, advêm de outras realizadas pelos professores elencados, em dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso. Das investigações realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais, chamam a atenção três projetos: Oliveira, Camardelo e Stedile

(2012-2015)<sup>3</sup>; Zattera et al. (2013-2017)<sup>4</sup>; Ferri, Camardelo, Oliveira e Stedile (2015-2017)<sup>5</sup>.

O objetivo central deste texto é expor uma fração dos dados obtidos a partir da investigação, “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a protetores ambientais” (2017-2020): pesquisa empírica feita com lideranças e com o construto teórico alicerçado nas interpretações feitas.

Para dar conta disso, construiu-se a produção em quatro Partes: 1. A presente Introdução; 2. Vulnerabilidade, risco social e pessoal: base conceitual e analítica explicadora da realidade dos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável que, como o próprio título demarca, indica preceitos e interpretações sobre conceitos contemporâneos que explicam a realidade social advinda da pobreza e de outras formas de fragilidades que a compõem; 3. Histórias de vida: (des)compassos na edificação de identidade social dos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável de Caxias do Sul, que veicula fragmentos de duas das treze entrevistas empreendidas, delineando-se partes de falas nas quais aparecem aspectos sobre identidade social, especificamente percepção pessoal em relação à ocupação profissional e a continuidade dessa função pelos filhos; 4. Considerações finais. Compõe ainda esta sistematização referências bibliográficas e legais usadas.

---

<sup>3</sup> Projeto financiado pelo CNPq, por intermédio do Edital Chamada MCTI /CNPq /MEC/Capes n. 18/2012 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Por meio de pesquisa interdisciplinar, buscamos identificar a forma como os catadores manuseavam os resíduos sólidos, quem são, quais suas condições e modos de vida e como eles “pensam, sentem, agem e resistem”, na vida cotidiana e profissional e, por fim, que relações mantinham com o ambiente. Por meio desta pesquisa, foram respondidas às seguintes questões: Quem são esses sujeitos? Com que tipos de resíduos lidam no cotidiano? Como percebem o impacto de suas ações sobre o meio ambiente? Que impactos são esses? Como eles têm compreendido o alcance do seu trabalho? Que situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social os impedem de satisfazer suas necessidades humanas básicas (não acesso e garantia de serviços, programas, projetos e benefícios de alimentação, assistência social, educação, habitação, lazer, previdência social, saúde, segurança, além do próprio trabalho, direitos sociais definidos na Constituição Federal de 1988 /art. 6º)?

<sup>4</sup> Este projeto foi financiado a partir do Edital de Chamada Pública Senaes/MTE n. 004/2011 – Fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos, constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Teve como objetivo geral estruturar e integrar a rede de reciclagem do Município de Caxias do Sul, RS, por meio de ações de apoio técnico e capacitação continuada de catadores de rua, visando gerar renda e redução das desigualdades sociais.

<sup>5</sup> O Projeto em questão obteve apoio financeiro do CNPq, por meio do Edital Universal n. 14/2014 e teve como objetivo analisar a participação política e organizada da sociedade, na conservação da biodiversidade no Brasil, especialmente a inserção das mulheres nos conselhos participativos municipais e a valorização das mulheres como gestoras dos recursos naturais dentro da sua comunidade, levando em conta o conceito de identidade cultural.

## 2 Vulnerabilidade, risco social e pessoal: base conceitual e analítica da realidade dos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável

As relações dos sujeitos, seja ela individual ou coletiva, com padrões de desenvolvimento geradores de desigualdade, tendem a *produzir situações de fragilidades desses sujeitos*, dos seus grupos de sociabilidade e dos territórios onde se encontram inseridos. Essa perspectiva possibilita *reconhecer a descontinuidade ou mesmo a ausência de investimento estatal nos territórios e nos indivíduos*, bem como as *situações de estigma e desamparo* que engendram ou reforçam condições de fragilidade. Por outro lado, *possibilita também a compreensão das capacidades e potencialidades* dos sujeitos para enfrentar as situações de risco e exclusão decorrentes dessas inter-relações (BILAC, 2007) (BRASIL, 2010, p. 73, grifo nosso).

A citação de abertura desta parte do artigo sintetiza o entendimento conceitual e analítico do ponto de vista aqui defendido:

i) as condições de fragilidade engendram as denominadas vulnerabilidades sociais que afetam não apenas os indivíduos, mas o grupo familiar e aqueles que se encontram no espaço físico/social;

ii) a não proteção social devida (precarizada ou ausente), como direito de cidadania, são determinantes na edificação e no aprofundamento das vulnerabilidades;

iii) as fragilidades não são apenas de ordem material, mas combinam o estigma, o aviltamento, “a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo [...]” (YAZBEK, 2012, p. 290), a carência de possibilidades e de esperanças (MARTINS, 1991);

iv) aqueles que experimentam, cotidianamente, os modos e contextos de vulnerabilidade e risco social, têm “necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual” (BRASIL, 2004, p. 15).

Por isso, a vulnerabilidade e o risco social, produtos da desigualdade social, advêm de aspectos múltiplos e conjugados: políticos, econômicos e éticos.

Na busca de clarificar tal ponto de vista, intenciona-se, abordar, brevemente, cada uma destas quatro premissas.

Sendo as fragilidades aqui veiculadas, definidas como vulnerabilidade social, é imprescindível explicitar o conceito utilizado, uma vez que tem diferentes e controversos sentidos.

Para essa produção, considerando os sujeitos de pesquisa, emprega-se a caracterização elaborada por Castel (2013, p. 24): “é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade”. A intermediação se dá em relação a duas outras zonas. A primeira, de integração, no “trabalho estável – inserção relacional sólida” (CASTEL, 2013, p. 24). A segunda, de desfiliação, significa “a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão” (CASTEL, 2013, p. 24).

De acordo com as interpretações de Castel, tais zonas não podem ser visualizadas de maneira estanque, isolada, uma vez que o indivíduo pode “mudar” de zona a qualquer momento, mesmo que seja mais difícil sair da zona de vulnerabilidade para a de integração.

Uma das grandes preocupações com aqueles que estão na zona de vulnerabilidade é que ela, principalmente nos últimos anos, diante das várias crises econômicas que têm resultado em desemprego, subemprego e informalidade, “se dilata, avança sobre a da integração e alimenta a desfiliação” (CASTEL, 2013, p. 24).

Na zona de vulnerabilidade,<sup>6</sup> em que se encontra parcela da população

---

<sup>6</sup> Parte-se do pressuposto, em concordância com alguns autores, entre eles Sposati, de que “a pobreza agrava as vulnerabilidades, os riscos e as fragilidades, mas não significa que todas as vulnerabilidades, riscos e fragilidades existam por causa da pobreza” (SPOSATI, 2009, p. 28). Dito de outra forma: a “vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias” (BRASIL, 2012a, p. 14-15). Há situações de vulnerabilidade que independem da pobreza, diante de certo consenso teórico disposto, inclusive, em várias normativas vinculadas à Política Pública de Assistência Social (entre as quais se salienta: PNAS, 2004; NOB-SUAS, 2012; Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social), que a condição própria do ciclo de vida (crianças, adolescentes e idosos) e das pessoas com deficiência, e que resultam, por si só, em condição de vulnerabilidade.

com baixo ou nenhum rendimento, a insegurança e o risco social<sup>7</sup> estruturam a vida como um todo: trabalho, educação, habitação, saúde, mobilidade urbana, etc. Portanto, a “vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem “atravessar”, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história” (BRASIL, 2012a, p. 14).

Em síntese, o conceito de vulnerabilidade abarcar muitas dimensões,

que identificam situações vulneráveis de indivíduos, famílias e coletividades, sejam elas referentes aos contextos sócio demográficos, de bens materiais e/ou afetivo-relacionais. [...] estar em vulnerabilidade social, significa ter a potencialidade de resposta alterada ou diminuída frente às situações de risco ou a constrangimentos naturais da vida. [...] não prevenidas, não reduzidas e não corrigidas, levam a riscos sociais que ampliam a exclusão e a pobreza (RIZZOTTI; SILVA, 2013, p. 145).

A segunda premissa, não proteção social devida – precarizada ou ausente – como direito de cidadania, é determinante na edificação e no aprofundamento das vulnerabilidades, postula a necessária mediação “entre o acesso a direitos, rede de serviços e políticas públicas e a capacidade de sujeitos e grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, exercendo a sua cidadania” (BRASIL, 2010, p. 73). Explica-se: as definições de vulnerabilidade utilizadas compreendem-na como expressão da questão social que, como tal, é coletiva e não individual, uma vez que se institucionaliza por processos de produção e reprodução de desigualdades sociais e das construções históricas que as engendram. Assim, cabe à sociedade, por meio do Estado, garantir a regulamentação e a oferta de

---

<sup>7</sup> “[...] o risco social não significa somente perigo imediato, mas uma condição social que interfere na futura situação de um indivíduo ou coletividade. Prevenir o risco social [...] é um direito do indivíduo e uma responsabilidade do Estado [...]. O risco social [...] engloba as contingências a que estão expostos indivíduos, famílias, classes sociais e coletividades, que se encontram fora do alcance da rede de segurança propiciada pela proteção social pública e que são gerados por uma cadeia complexa de fatores (RIZZOTTI; SILVA, 2009, p. 135-136). Essa concepção discorda daquelas que apontam o ‘risco como uma questão de preocupação individual e pessoal’ e reproduzem o discurso de que as incertezas da vida ‘devem ser enfrentadas e respondidas por cada um, de acordo com suas possibilidades’. Nas políticas sociais, considerar a perspectiva da responsabilização individual para enfrentar riscos sociais que são societários, acaba por fortalecer políticas de proteção social, focalizadas nos mais pobres ao invés de políticas universais [...]. Ademais, não se rompe o circuito de ‘sociedade de risco’, quando o trabalhador é quem deve ser o provedor da superação do risco” (RIZZOTTI; SILVA, 2009, p. 136).

serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social<sup>8</sup>, que enfrentem tais situações no sentido de, efetivamente, igualar oportunidades.

Na conjuntura atual, apesar de haver, ainda, determinados dispositivos legais de proteção social (como o direito universal à saúde e o direito “à proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos” – BRASIL, 1993, art. 2º. Redação dada pela Lei n. 12.435, de 2011), a diminuição da atuação do Estado vem ocorrendo por via, entre outros: do **congelamento dos gastos públicos sociais em 20 anos (Emenda Constitucional 95/2016)** que, conforme mostram vários indicadores sociais, aprofundou e continuará aprofundando as desigualdades socioeconômicas; da alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (Lei n. 13.467/2017); da Emenda Constitucional n. 103/201 (contra) reforma da previdência social. São desregulamentações que impactam ainda mais a população vulnerável, uma vez que são contrar-reformas contrárias aos direitos sociais e civis, constituindo desproteção social: o Estado, ao não garantir proteção “promove um rol de violações de direitos básicos que fere o princípio da cidadania, devido à sua ineficácia em face das situações de precarização da vida social” (ALMEIDA, 2016, p.12).

Sem dúvida, experimentamos “uma nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista que almeja a completa corrosão dos direitos do trabalho em escala global” (ANTUNES, 2018, p. 10).

O terceiro argumento: as fragilidades não são apenas de ordem material, indica a imprescindível relação entre “o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos” (YAZBEK, 2012, p. 290) e a “debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo” (YAZBEK, 2012, p. 290). Marcas concretas

---

<sup>8</sup> “[...] o sentido de proteção (protectione, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A idéia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais” (SPOSATI, 2009, p. 21). Ainda, de acordo a Sposati (2009, p. 29), proteção “[...] supõe a redução de fragilidade aos riscos, que podem ser permanentes ou temporários, e que passam a fazer parte do exame da questão do enfrentamento de riscos sociais”.

e objetivas que explicitam os limites e os perigos das condições de vida daqueles que são vulneráveis socialmente, e que expõem subalternidade, como:

[...] “ausência” de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção [...] A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política (YAZBEK, 2016, p. 26).

A parcela da população em vulnerabilidade convive com a de subalternidade, porque suporta, em anuência a Sawaia (2009, p. 369-370):

- “ameaça permanente à existência, [que] cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação”;
- “intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônico na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração”;
- bloqueio do “poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade”;
- “tristeza: na tristeza, nossa potência (*conatus*) serve toda ela para investir a marca dolorosa e para destruir o objeto que a causou”;
- capacidade imobilizada que “torna-se potência de padecimento, reduzindo o esforço de perseverar na própria existência ao *sobrevivencialismo* negador da vida”.

Ou seja, encontram-se, incessantemente, expostos a complexas e aprofundadas maneiras de destituição física e emocional.

Finalmente, o quarto argumento que nomeia as possibilidades ou capacidades daqueles que experimentam, cotidianamente, os modos e contextos de vulnerabilidade e risco social, reflete-se a partir do terceiro argumento. Ou seja, como “Viver é mais que sobreviver. O homem tem necessidade, sim, de pão, mas igualmente de bons encontros potencializadores de liberdade, felicidade, criação e fruição do belo” (SAWAIA, 2009,

p. 370). Isso aponta que, apesar da apatia política que tem tomado conta de significativo contingente de lutadores sociais, há desejos e práticas de contestação e resistência.

Nesses desejos e práticas, devem ser efetivadas disputas políticas em um espaço que é contraditório. Como fazer isso, em termos de barbárie e contrários a proteção social? Entende-se que, reconhecendo que apesar de termos “‘a vitória da concepção de vida, de visão de mundo, de valores, das classes dominantes, inclusive à escala mundial’, temos também iniciativas de ‘contradesmanche’, assim como o estabelecimento do dissenso em múltiplas instâncias da vida social” (YAZBEK, 2014, p. 689).

Especificamente, aqueles que desenvolvem ações na coleta e seleção de material reciclável, apesar da imprescindível contribuição à qualidade do meio ambiente<sup>9</sup>, a maioria compõe a população em situação de vulnerabilidade e risco social por pobreza e desigualdade, aliandos à ocupação efetuada e aos riscos pessoais.

Destarte, as descrições e interpretações realizadas até esta parte do texto servem como contextualização da vida e atividade profissional dos sujeitos de pesquisa.

Desenvolvem atividades que têm função essencial, mas que a operacionalização é indesejada, porque as condições são extremamente precarizadas, destrutivas e sem reconhecimento social.

Esses trabalhadores manuseiam aquilo que ninguém quer o “lixo”: resíduos<sup>10</sup> gerados nos domicílios e no comércio em geral, com extensa quantidade de materiais não degradáveis, substâncias químicas tóxicas, que resultam em contaminação química e biológica, além de acidentes causados pela não separação adequada, o que os coloca em risco, além da situação de vulnerabilidade e risco social.

Os tipos domiciliares apresentam, amiúde, características de periculosidade, pois contêm, em sua composição: *resíduos perfurocortantes*

---

<sup>9</sup> A atividade desenvolvida por esses trabalhadores propicia, entre outros, reintrodução dos materiais recolhidos no circuito do reaproveitamento e transformação dos recicláveis, o que significa redução do resíduo e sua reutilização, contribuindo com a diminuição da poluição e da contaminação, bem como a recuperação natural do meio ambiente e da economia de energia usada para a fabricação de outros produtos. Logo atividade indispensável à preservação do meio ambiente.

<sup>10</sup> Sobre a Classificação dos resíduos sólidos, ver: ABNT (2004) – NBR 10004.

(vidros, latas, lâminas, seringas com agulhas); *resíduos patogênicos* (decorrentes de cuidados domiciliares com a saúde), e *resíduos tóxicos* (produtos químicos como medicamentos vencidos, pilhas, baterias, etc.). Os comerciais abrangem, entre outros, diversos estabelecimentos: bancos, restaurantes, bares, supermercados, lojas, hotéis, escritórios), além de várias das peculiaridades do domiciliar. Se não forem separados adequadamente, podem acarretar outros riscos à saúde. Lembramos que o manuseio com tais produtos pode provocar alergias, infecções, doenças respiratórias, dermatoses e intoxicações; acidentes com ferimentos; contaminações graves, pela presença de espécies fúngicas.

Incorpora-se a essas formas precarizadas a exposição ao calor, à umidade, ao risco de quedas, atropelamentos, mordidas de animais, entre outras.

As condições ocupacionais, a renda proveniente desta e a representação simbólica da sociedade acerca desses sujeitos definem, com certeza, um contexto de vulnerabilidade, risco social e pessoal.

### **3 Histórias de vida: (des)compassos na edificação de identidade social dos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável em Caxias do Sul**

A história de vida daqueles que vivem da coleta e seleção de material reciclável de Caxias do Sul, nas narrativas aqui veiculadas, traduz fragmentos, seja pelo pequeno número, seja porque outros elementos compõem a pesquisa.

Para maior compreensão, descrevem-se, antes dos relatos das falas, vínculos e dados de outros estudos que permitiram articular o alcance das informações trazidas.

Conforme o sistema de reciclagem brasileiro, instituído pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010a), não há reciclagem sem a participação ativa dos catadores. A esses cabe a catação, separação do que é potencialmente reciclável e a comercialização. Logo, essa atuação laboral impacta diretamente na qualidade ambiental da sociedade.

Porém, apesar de consistir em uma tarefa essencial à sociedade e

ao meio ambiente, este labor é extremamente precarizado, ante a baixa remuneração e o exercício de funções altamente insalubres e perigosas, conforme já veiculado.

No intuito de reduzir a informalidade dessa ocupação, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) tem, entre seus instrumentos, “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação” (art. 8º, inciso IV), por meio de políticas de economia solidária, pois

[...] a maioria [...] realiza suas atividades na informalidade, ou seja, sem registro oficial. Assim, além desse quadro não permitir [...] acesso a uma série de direitos trabalhistas, o alto nível de informalidade dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública e instituições de pesquisa (CAMARDELO; STEDILE; HAMMES, 2016, p. 88).

Tal realidade, consoante o referido nas páginas precedentes, define situação de vulnerabilidade e risco social.

Este cenário justificou dois projetos: “Atividades laborais de catadores de resíduos sólidos: impactos na vida e na qualidade ambiental” (OLIVEIRA, STEDILE e CAMARDELO, 2012-2015) e “Capacitação e apoio às atividades dos catadores informais do município de Caxias do Sul” (ZATTERA *et al.*, 2013-2017). E, dando sequência a estes, “Catadores de resíduos: de ‘papeleiros’ a protetores ambientais” (CAMARDELO, STEDILE, FERRI e LUCAS, 2017-2020).

Todos têm em comum a finalidade de identificar e caracterizar esses trabalhadores em Caxias do Sul, compreendendo as principais dificuldades enfrentadas pelos mesmos, no sentido de contribuir com proposições de alternativas ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade, risco social e pessoal a que estão expostos.

Para melhor apreensão dos resultados aqui apresentados, cumpre salientar que a cidade de Caxias do Sul é a segunda maior do Estado do Rio Grande do Sul, com população estimada em 504.069 pessoas, média de 3,1 salários-mínimos *per capita*, taxa de escolarização de 96,3% do ensino básico ao fundamental e índice de desenvolvimento humano de 0,782 (IBGE, 2019).

Nos anos de 2013 a 2015 (OLIVEIRA, CAMARDELO e STEDILE, 2015), foram identificados, em manuseio de cadastros e registros disponibilizados por órgãos públicos, observação de campo e entrevistas, 169 catadores de materiais recicláveis em Caxias do Sul<sup>11</sup>. Diante da categorização utilizada na investigação da época, havia trabalhadores vinculados às associações legalmente constituídas (sete), os quais foram denominados “associados”, e aqueles que estavam organizados em agrupamentos, para realizarem as atividades coletivamente, mas sem estarem legalmente instituídos, denominados “não associados” (seis).

Alguns dos resultados desta pesquisa demonstraram que: em torno de 30% dos trabalhadores desempenhavam, há menos de um ano, a função; a média da renda mensal dos associados ficava entre 1,1 a 2 salários-mínimos (77,5%), e os não associados, 63,8% percebem nessa faixa. Estes dados representam que recebem menos que a média salarial da cidade que é de 3,1 salários-mínimos.

É importante destacar que esta é uma renda variável, uma vez que depende do que conseguem produzir – ou seja, catar, separar, prensar e comercializar – e, para isso, precisam estar em condições de saúde, contar que não aconteçam acidentes ocupacionais e, principalmente, que efetivamente tenham resíduos para poderem desenvolver a função. Em suma, o trabalho e, conseqüentemente, a renda, dependem de muitas variáveis, que definem, de maneira geral, as “condições de fragilidade” e “não a devida proteção social”, combinadas com estigma e aviltamento.

Quanto à escolaridade, houve pouca alteração entre associados e não associados: 62% do primeiro grupo não concluíram o Ensino Fundamental e 4,5% não foram alfabetizados; no segundo grupo, 3,4% eram analfabetos e 69% não tinham o Ensino Fundamental completo. Analisando os dois grupos conjuntamente, identificou-se que 13% possuíam Ensino Fundamental completo e 9% Ensino Médio completo (CAMARDELO; STEDILE; OLIVEIRA, 2016).

Em relação a cursos profissionalizantes, costumeiros em Caxias do Sul em virtude do caráter industrial da cidade, os dados demonstraram que 59,5% dos entrevistados associados e 69% dos não associados nunca

---

<sup>11</sup> Posteriormente, nos anos de 2016-2017, foram cadastrados mais 192 novos trabalhadores. Para este artigo trabalhar-se-á apenas com o primeiro cadastramento.

frequentaram formações desta natureza (CAMARDELO; STEDILE; HAMMES, 2016).

Apesar de os índices de escolaridade estarem acima da média nacional, se relacionados aos demais catadores do Brasil, quando comparados aos de outras categorias profissionais, na cidade de Caxias do Sul, mostram-se preocupantes. A soma dos percentuais com baixa escolaridade (64,5%) sugere que essa mão de obra tem sérias dificuldades, senão impedimentos, de acessar o mercado de trabalho formal, especialmente diante das exigências do trabalho assalariado contemporâneo (CAMARDELO; STEDILE; OLIVEIRA, 2016).

A dificuldade de inserção desses trabalhadores em postos melhor remunerados, estáveis e, sobretudo, formais, tem resultado em baixos índices de contribuição com o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), pois 63,1% dos associados e 81% dos não associados referem não contribuir (CAMARDELO; STEDILE; HAMMES, 2016). Esse fato se coloca em consonância com a tendência neoliberal de precarização, o que se comprova, com o índice de 73,9% dos associados e 75,9% dos não associados, que, ao contrário da realidade atual, em algum momento da vida já tiveram Carteira Profissional assinada (CAMARDELO; STEDILE; HAMMES, 2016).

Feita essa breve caracterização, explicita-se o processo de edificação das narrativas pessoais dos trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável de Caxias do Sul, tendo entre um de seus objetivos o resgate da história de vida destes sujeitos (percalços, lutas, manifestações sociais), essenciais à elucidação do processo de desenvolvimento dessa atividade laboral.

A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa qualitativa, por possibilitar a compreensão de um fenômeno específico em profundidade e, ao mesmo tempo, levar em consideração a experiência do sujeito a ser inquirido, uma vez que são “capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 2008, p. 10).

Nessa modalidade, optou-se pela investigação descritiva, que intenciona exaurir as características do objeto proposto.

O instrumento básico de coleta foram entrevistas em profundidade, a partir de tópicos norteadores relacionados à trajetória de vida, desde a inserção na função de catador: período de inserção; razões de inserção na profissão; principais vivências durante os anos de trabalho; perspectivas; dificuldades enfrentadas; conquistas obtidas; percepções sobre a profissão. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Utilizou-s, ainda, diário de campo, ferramenta essencial, no qual,

[...] constam todas as informações [...], observações sobre conversas informais, comportamentos, [...], gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, [...] compõem o quadro das representações sociais (MINAYO, 2008, p. 100).

O diário de campo foi construído a partir de dois tipos de registros: descritivo<sup>12</sup> e reflexivo-analítico.<sup>13</sup> Em outras palavras, é a parte em que é possível indicar as questões que necessitam ser esclarecidas, pois demandam outros conhecimentos, questionamentos; questões que precisam de fundamentos teóricos, para que possamos entender os significados, as relações estabelecidas, entre outras.

Para a realização das entrevistas, foram, inicialmente, mapeados os principais líderes de associações de recicladores e, conforme a disponibilidade de cada um, as entrevistas foram iniciadas.

Selecionou-se para essa produção, duas, dentre as treze entrevistas realizadas até o momento. Optou-se por delinear frações das falas onde aparecem aspectos sobre identidade social especificamente: a percepção pessoal em relação à ocupação profissional e a continuidade dessa função pelos filhos.

Os recortes parciais, aqui trazidos, referem-se a duas lideranças femininas, identificadas como (J) e (I). Essas duas mulheres, como tantos outros entrevistados, já haviam sido participantes de dois outros projetos já citados anteriormente, quais sejam: Oliveira, Stédile e Camardelo (2012-2015) e Zattera *et al.* (2013-2017). E estavam inseridas em Associações,

---

<sup>12</sup> Procura captar uma imagem da realidade, com seu máximo detalhamento, incluindo aspectos do local, pessoas, ações e conversas, escutas, observações, em síntese, os autores tratam esse registro como “captar uma fatia da vida” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 152).

<sup>13</sup> Propõem-se apreender o ponto de vista do observador, suas percepções, suas ideias e preocupações (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 165).

e assim, identificadas como associadas.

A entrevistada (J) é presidente de uma das associações, vice-representante dos Catadores de Resíduos de Caxias do Sul, no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (órgão consultivo e deliberativo da Administração Pública Municipal), presidente do Movimento Catador Legal, no momento da entrevista (2019), além de ser uma das responsáveis pela criação desse movimento.

A liderança (I) também ocupa cargo de presidente de uma associação de recicladores.

– *Sobre a importância da associação de recicladores e atividade efetuada para vida de cada uma:*

A entrevistada (J) afirma: “*Eu tenho muito orgulho do que eu faço, porque, como eu disse, eu poderia ter trabalhado em diversas outras coisas, mas foi aqui que eu escolhi; essa é uma profissão do futuro*”.

Externaliza, ainda, sobre a importância dos laços familiares criados com os demais operários que participam da Associação, que é enfoque relevante no dia a dia de quem sofre condições objetivas de vulnerabilidade, risco social e pessoal. Os laços solidários em grupos que vivenciam este tipo de situação costumam ser intensos, pois a fraqueza de um implica a fraqueza do grupo como um todo e vice-versa. A entrevista, apesar de sentir orgulho do que faz, tem clareza das dificuldades, pois verbaliza o entendimento: “*Pena que é escravidão*”.

A entrevistada (I) assevera adorar o serviço efetuado:

*Que nem a... vou lhe contar uma coisa, faz 12/13 anos que eu trabalho aqui, eu nunca pensei em sair da associação, nunca. Eu gosto do que eu faço. E eu não cresci porque eu não quis, acredita? Porque o meu pai e a minha mãe, sempre me deram estudo, eu que parei, porque pensei assim oh, quis casar, marido, casa. Eu não preciso de estudo. E hoje, claro, eu posso voltar a estudar e continuar meus estudos, claro, mas daí eu penso lá atrás. Poxa, se eu tivesse continuado meus estudos, hoje eu poderia tá num serviço melhor, ok, poderia estar num serviço melhor agora. Bom, mas daí eu penso, eu tive oportunidade e não aproveitei, eu vou dar a oportunidade para o meu filho (I).*

Pode-se perceber grande quantidade de percepções/sentimentos em comum entre as duas conversas.

Apesar de apenas a entrevistada (J) utilizar a palavra *escravidão*, para definir a situação cotidiana da ocupação desempenhada, infere-se que tal representação serve para ambas. Deduz-se que entre as características *dessa servidão* esteja a dificuldade no exercício do trabalho e a baixa remuneração auferida, como expressa nessa fala: “*Já tive que pegar dinheiro emprestado para pagar a partilha*”, além do que “*teve uma vez que a partilha fechou em R\$ 400,00.*”

Apreende-se que a escravidão referenciada pela entrevistada, não é subjetiva, mas produto dos contornos sociais construídos: “*presa à escravidão, como forma de dominação que traz a marca da desumanização, criminalização, culpabilização da pobreza e, claro, de sua naturalização insidiosa*” (RIZEK, 218, p. 592).

Incorporam-se a essas revelações da entrevistada (J) as ponderações da entrevistada (I) sobre o mesmo tema. Ou seja, sob o ponto de vista econômico, a vulnerabilidade, a exemplo da entrevistada (J) se mostra latente:

*[...] eu trabalho na reciclagem, eu não ganho um salário fixo, eu trabalho por produção, às vezes dá 500, 600, 700 pila [por mês]. Vamos supor uma pessoa que paga aluguel, eu tenho filho, tenho que colocar comida para dentro de casa, tenho luz, tenho água, ele tá na escola, tá, e às vezes tu não tem nem para uma passagem de ônibus (J).*

*E daí tu pensa o que eu vou fazer? Daí eu ia para casa chorando, chorando. Meu Deus do céu. E daí no fim acabou acontecendo aquilo que eu não queria: uns saíram porque era pouca renda e uns saíram porque arrumaram serviço em outro lugar, mas eu tenho que fortalecer o que tá aqui dentro, os 15 que tá aqui tem que tá firme e forte (I).*

Destarte, o relato destas duas trabalhadoras dá visibilidade à perversão da lógica desumana, a culpabilização e a *naturalização insidiosa*, que desconsidera a necessidade humana, a sobrevivência digna. Os indivíduos distantes da proteção estatal devem procurar individualmente – “*pegar*

*dinheiro emprestado*”, partilhar a miséria “em R\$ 400,00”, “500, 600, 700 pila” – o que significa manter ou não sua sobrevivência, uma vez que “são desconsiderados os fatores estruturais da pobreza [e de desigualdade social], atribuindo a responsabilidade da pobreza aos próprios pobres” (YAZBEK, 2018, p. 186).

Há, igualmente, uma ideologia de culpabilização do pobre, que de alguma forma aceita e reproduz. Assim, apesar da visualização clara e objetiva, de que o salário advindo da catação não permite suprir as necessidades humanas básicas, como explicita a fala da entrevistada (J): “*Vamos supor uma pessoa que paga aluguel, eu tenho filho, tenho que colocar comida para dentro de casa, tenho luz, tenho água, ele tá na escola, tá, e às vezes tu não tem nem para uma passagem de ônibus.* As alternativas enxergadas encontram-se no limite da culpa individual: *E daí tu pensa o que eu vou fazer?* Não encontrando alternativas a essa situação, pela qual sente ser culpa sua, “*ia para casa chorando, chorando*” (I).

A dominação e a subalternidade fazem parte [...]. Tornar os indivíduos governáveis é parte do jogo. É Satriani (1986, p. 96) que nos recorda que *o mundo dos dominados e o mundo dos dominadores não se encontram monoliticamente contrapostos*, mas têm pontos de contato, exatamente aqueles onde o domínio se exerce. Do ponto de vista cultural, são realidades que se interpenetram sem linhas rígidas de demarcação, mas de qualquer modo é possível observar nelas que as ações e representações das classes subalternas correspondem a uma realidade caracterizada pelo lugar que ocupam na trama de relações sociais. De acordo com Telles (2007, p. 214 215) é nesse âmbito que se constrói um mundo social marcado pela ‘gestão das populações, gestão das vidas... e administração de suas urgências.’ Mas acontece que para a autora, esse mundo não cabe nos dispositivos gestionários, escapa por todos os lados. Não se trata apenas de a miséria ser grande demais para ser domesticada e capturada pela gestão do social. ‘É que esse mundo é tão incerto e a aleatoriedade da vida é tão devastadora que termina por implodir qualquer medida na ordem das coisas... quer dizer, os dispositivos gestionários e a vida matável fazem parte do mesmo jogo (YAZBEK, 2012, p. 29, grifo nosso).

Ainda concordando com Yazbek (2018, p. 186): “trabalhos precarizados, intensificados e superexplorados [como os dos catadores, expressam que] o ‘traço peculiar desta sociedade é o limbo, do qual os pobres podem sair (e no qual podem voltar a cair) individualmente, mas nunca como classe”’.

– *Outro aspecto de recorte das narrativas é o de quando iniciaram essa ocupação profissional.*

As duas lideranças relataram ter começado na catação ainda na infância, trabalho duro para adultos, muito mais para crianças. As entrevistadas afirmam:

*[...] desde sempre [...] ali quando eu peguei uma idade de 11, 12 anos eu já ajudava o pai. O pai sempre viveu disso, [...]. Então ele tinha carroça e o cavalo, né. Eu sou tempo em que ele criou a gente catando garrafas de vidro, que era o velho barreiro, a 51, e osso, era um tempo em que se vendia osso; então eles catavam osso junto com o vidro e se vendia, e papelão. Não tinha assim essa guerra toda agora que é, essa rivalidade toda com o PET, com o PAD, isso era bem poucos que faziam, mais era o papelão, a sucata, o vidro e o osso. Então ali, acho que dos 11 até os 14 e pouco eu trabalhei com ele assim, eu conheci o meio de reciclagem assim (J).*

A entrevistada (I) traz relatos que se assemelham ao anterior:

*Na verdade, a minha família começou catando na rua, né profê? Com carrinho, na época era carroça, na verdade, né. Então a gente catava e fazia toda parte da reciclagem na própria residência, assim né. Era eu, meu pai, minha mãe, meus tios, minha avó na época. Isso desde os 7 anos para cá eu vim aprendendo como é o trabalho e o processo da reciclagem, né. [...]. Desde que eu tinha 7 anos. Aí, eu fui me inserir na associação mesmo dia primeiro de novembro de 2005. Eu vim trabalhar na associação por precisão na verdade. Precisava ajudar minha mãe em casa, né. Na época ela recém tinha... quase tava se separando do meu pai (I).*

O trabalho infantil tem tradição, mas, especialmente, está presente

nas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, e [...] o Brasil tem uma longa história de exploração dessa mão de obra, pois o mercado de trabalho não só adere ao ele, como incentiva seu aproveitamento. De alguma forma, crianças pobres sempre trabalharam para manterem a si e a suas famílias (FERRAZ; GOMES, 2012, p. 655). As falas das entrevistadas confirmam as análises desta citação.

Pesquisas com mulheres catadoras vêm demonstrando, como revela Ferraz e Gomes (2012), que dois são os motivos básicos de crianças e adolescentes serem inseridos em espaços de coleta e reciclagem de resíduos: a sobrevivência economia da família e a proteção aos filhos.

A sobrevivência econômica via inserção dos filhos “não é uma opção, mas uma necessidade frente às dificuldades financeiras e se veem conduzidas a impeli-los ao mundo do trabalho adulto” (FERRAZ; GOMES; SILVEIRA, 2015, p. 340, grifo nosso).

Quanto ao segundo motivo,

[...] a maioria dos pais que entrevistamos, *protegê-los* constituiu o principal motivo para inserir seus filhos, ainda crianças, no mundo do trabalho. É importante destacar que *veem, nessa atribuição de proteção, uma responsabilidade sua, antes que do Estado*. [...]. Deixando em casa saem fazer “arte” pra lá e pra cá. O piá me ajuda a coletar, é pequeno, mas ajuda. Se eu deixar em casa vai pra rua, se ele tá comigo, tá me ajudando. E tá comigo! (Mãe) (FERRAZ; GOMES, 2012, p. 356, grifo nosso).

Com certeza são dados que merecem maiores investigações (não coletados na pesquisa ora relatada). As duas entrevistadas não apontam a questão da proteção, mas infere-se que seja aspecto de relevância na inserção de crianças no espaço de coleta e reciclagem.

De qualquer maneira, concorda-se com Ferraz, Gomes, Silveira (2015, p. 340) que “aqueles que [ontem e] hoje estão fora da escola ou não estudam satisfatoriamente porque trabalham, dificilmente atenderão, quando adultos, as exigências do mercado de trabalho formal, tendo como opção de renda atividades de trabalho informal”.

Além disso, nas duas conversas há evidências de que precarização, subemprego e informalidade de atividades ocupacionais não são condições

congenitas, nem naturais, apesar de muitos terem nascido sob essa condição, a serem passados “como herança” de pai para filho, como é o caso das duas, segunda geração de catadores.

– *Como último recorte das conversas com a liderança indagou-se a respeito das perspectivas de futuro para seus filhos.*

A entrevistada (J) salientou que deseja vê-los estudando e seguindo a profissão na qual acreditam. Ao se aventar a possibilidade de seguirem a trajetória familiar com a coleta e seleção de material reciclável, alegou:

*Caso eles herdem isso, que seja em boas condições. No mínimo ter uma carteira assinada quem sabe ser reconhecido [...]. Um dia quem sabe o catador consiga isso, consiga ser bem visto pela sociedade. Eu passo isso bastante para o [meu filho]: Que tenha um bom administrador, que vá em busca de ideais bons para aquelas pessoas que trabalham ali dentro. Então eu acredito que seja uma profissão que tu não seja escravo disso, saia de manhã e chega só de noite, chega em casa e a família tá sempre dormindo (J).*

A entrevistada (I) tem um filho de 7 anos, e assim se manifesta:

*Bom, ele começou estudar esse ano. Então eu quero que o meu filho estude, quero que ele... vou trabalhar dia e noite, eu disse para ele: ‘vou trabalhar dia e noite, filho, que a mãe quer que tu estude, sabe, claro, através do estudo, terminar o ensino médio’. Eu quero que ele cresça um pouco mais do que eu não cresci. Quero que ele cresça, seja um pai de família, constitua a família dele, seja um homem de bem, sabe. E quem sabe até lá, um pouco mais para frente, as situações da política estejam melhor resolvidas, tudo os problemas estejam melhores resolvidos. Quero que ele seja um... tenha uma profissão e siga a profissão dele. Porque eu trabalho na reciclagem, mas eu queria muito ser assistente social (I).*

O desejo expresso nestas duas preleções referenda o desejo de uma vida melhor aos seus descendentes: se continuarem com o trabalho de coleta, seleção e comercialização de material reciclável, que tenham melhores condições de vida e de trabalho, com proteção social previdenciária e

reconhecimento social. Infere-se que seja um desejo positivo de uma mãe acerca de uma situação social que considera injusta. Apesar de (J) referir “*tenho muito orgulho do que eu faço*” e (I) verbalizar “*eu gosto do que eu faço*”, parece não negar, nem se resignar às problemáticas afetas à função desenvolvida.

Ante o quadro apresentado, exemplificado com as entrevistas, são perceptíveis as semelhanças entre as narrativas, especialmente no que se refere às dificuldades de manutenção das atividades, assim como suas trajetórias pessoais de vida.

Nesses pequenos fragmentos de conversas é possível identificar outros tantos elementos que compõem a identidade social dessas duas mulheres, que representam a de catadores em geral. Diante da quantidade de páginas possíveis para um artigo, estas ficarão para outros textos e quiçá para um livro.

## 4 Considerações finais

Reféns da tendência à subproletarização ocasionada pelo processo de desindustrialização em curso em Caxias do Sul, os trabalhadores da coleta, seleção e comercialização de material reciclável são, principalmente,

mulheres adultas, jovens, com baixa escolaridade (embora maior que a média nacional e estadual), nascidos fora de Caxias do Sul, com moradia própria, regularizada (com documento) e boas condições gerais em relação ao número de cômodos e de pessoas residentes. Essas residências, em sua maioria de alvenaria ou madeira (há baixo percentual de pessoas residentes em casas de aglomerado ou de restos de material de construção) são providas de saneamento, pavimentação, disponibilidade de água e recolhimento de resíduos (CAMARDELO; STEDILE; OLIVEIRA, 2016, p. 38).

A caracterização sociodemográfica dos trabalhadores da coleta, seleção e comercialização de material reciclável de Caxias do Sul aponta para sujeitos com índices de escolaridade mais baixos do que aqueles que estão em postos de trabalho no mercado formal, o que pode indicar a catação

como uma das poucas alternativas de inserção no mercado ocupacional, perceptível semelhança com a realidade nacional: “Os catadores de materiais recicláveis, categoria há muito tempo presente nas grandes e pequenas cidades brasileiras, se constituíram como executores de seu ofício primordialmente por necessidade de sobrevivência” (MAGALHÃES, 2016, p. 124).

Retorna-se a citação de abertura do artigo e a síntese efetuada. Ela contempla as narrativas das duas lideranças: i) as condições de vulnerabilidade e os riscos sociais afetam não apenas os catadores como o grupo familiar e, certamente, seu entorno; ii) a não proteção social a esses sujeitos é precarizada e/ou ausente; iii) as fragilidades não são apenas de ordem material, mas combinam o estigma, o aviltamento; iv) experimentam, cotidianamente, os modos e contextos de necessidades, de iniquidades, mas resistem: *A gente está aqui firme e forte porque a gente é teimoso mesmo, sabe, e vou fortalecer bem meu grupo e não vou desistir. Estou aí há 14/13 anos na associação e não vou desistir, não desisti em 2009 que teve aquela crise, não vai ser nessa que eu vou me abater, não vai não* (I).

Portanto, reafirma-se: esses sujeitos vivem em constante situação de resistência; de busca por superação, mesmo que, na maioria das vezes, desamparados pelo Estado e pela sociedade. *Adelante!*

## Referências

---

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. (ABNT) NBR 10.002004. *Resíduos sólidos – Classificação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ALMEIDA, A. C. da S. *Desproteção social no âmbito da dinâmica dos serviços do SUAS: estudo a partir da realidade cotidiana das famílias atendidas no CREAS*. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000208136>. Acesso em: 10 maio 2020.
- ANTUNES, R. Prefácio. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (org.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018. p. 9-14.
- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. Notas de campo. In: BOGDAN, R.C.; BIKLEN S.K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, PT: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF.
- BRASIL. *Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providência. Brasília, DF.
- BRASIL. *Portaria n. 397, de 9 de outubro de 2002*. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. *Resolução n.145, de 15 de outubro de 2004*. (DOU 28.10.2004). Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. *Norma Operacional Básica do SUAS 2010*. Aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais. Consulta Pública. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF. 04 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2011.
- BRASIL. *Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*, Volume 1. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF. 2012.

BRASIL. *Lei n.13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, 2017.

CAMARDELO, A. M. P.; STEDILE, N. L. R.; FERRI, C.; LUCAS, J. I. P. *Catadores de resíduos: de “papeleiros” a protetores ambientais*. Projeto de pesquisa. Financiado pelo CNPq. Universidade de Caxias do Sul, RS, jun. 2017/jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação brasileira de ocupações (CBO), 2018*. Brasília, DF. Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 15 maio 2020.

CAMARDELO, A. M. P.; STEDILE, N. L. R.; HAMMES, M. Características sociodemográficas dos catadores e catadoras de resíduos sólidos em Caxias do Sul. In: CAMARDELO, A. M. P.; STEDILE, N. L. R. (org.). *Catadores e catadoras de resíduos: prestadores de serviços fundamentais à conservação do meio ambiente*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. p. 87-110.

CAMARDELO, A. M. P.; STEDILE, N. L. R.; OLIVEIRA, M. de. Características sociodemográficas dos catadores e catadoras de resíduos sólidos em Caxias do Sul. In: CAMARDELO, A. M. P.; STEDILE, N. L. R. (org.). *Catadores e catadoras de resíduos: prestadores de serviços fundamentais à conservação do meio ambiente*. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. p. 13-42.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. *Emenda constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. *Emenda constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2019.

FERRAZ. L.; GOMES, M. H. de A. Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, p. 652-662, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/11.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

FERRAZ. L.; GOMES, M. H. de A.; SILVEIRA, Cassio. Exclusão social e vulnerabilidades no trabalho de crianças e adolescentes catadores de material reciclável. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 339-353, maio/ago. 2015, Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/>

view/32758/18921. Acesso em: 15 maio 2020.

FERRI, C.; CAMARDELO, A. M. P.; STEDILE, N. L. R.; OLIVEIRA, M. *Identidade, comunidade e desenvolvimento sustentável: a participação das mulheres na conservação da biodiversidade no Brasil e a posição do Conselho Municipal do Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Mulheres*. Projeto de pesquisa. Financiado pelo CNPq. Universidade de Caxias do Sul, RS, dez. 2015/dez. 2017.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). *Caxias do Sul, 2019*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>. Acesso em: 21 jan. 2019.

JUNCÁ, D. C. de M. *Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo*. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Fiocruz, Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4387>. Acesso em: 15 jul. 2016.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D.A. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MAGALHÃES, B. J. Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? In: PEREIRA, B. C. J. (org.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 123-150.

MARTINS, J de S. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OLIVEIRA, M.; STEDILE, N. L. R.; CAMARDELO, A. M. P. *Atividades laborais de catadores e recicladores de resíduos sólidos: impactos na vida e na qualidade ambiental*. Projeto de pesquisa. Financiado pelo CNPq. Universidade de Caxias do Sul, RS, dez. 2012/dez. 2015.

OLIVEIRA, M.; CAMARDELO, A. M. P.; STEDILE, N. L. R. *Relatório técnico final da pesquisa*. Atividades laborais de catadores e recicladores de resíduos sólidos: impactos na vida e na qualidade ambiental. Universidade de Caxias do Sul, RS, ago. 2015.

PAIVA, A. B. *et al. Nota técnica n. 27: o novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil*. Brasília, DF: Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada, set. 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7267/1/NT\\_n27\\_Disoc.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7267/1/NT_n27_Disoc.pdf). Acesso em: 11 mar. 2020.

RIZEK, C. S.; SOUZA, J. de. A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato – à guisa de um debate. Resenha. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 591-595, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v20n3/2317-1529-rbeur-20-03-591.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

RIZZOTTI, M. I. A.; SILVA, T. G. M. da. A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 130-151, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/13562>. Acesso em: 18 maio 2019.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, set./dec. 2009. *On-line version* ISSN 1807-0310. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a10v21n3.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Unesco, 2009. p. 13-55.

ZATTERA, A. J. *et al.* *Capacitação e apoio às atividades dos catadores informais do município de Caxias do Sul*. Universidade de Caxias do Sul, RS. Edital de Chamada Pública de Parceria Senaes/MTE n. 004/2011. 2013-2017.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, n.110, São Paulo, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n110/a05n110.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120. p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/05.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, M.C. Serviço social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 21, n.1, p. 183-194, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215/24769>. Acesso em: 18 maio 2019.